

ELEMENTOS PARA UMA RENOVAÇÃO ECLESIAL

*Prof. Ms. Pe. Almir Magalhães**

Resumo: O Concílio Vaticano II, que completou em 2005 os 40 anos de seu encerramento, foi um evento eminentemente pastoral, cujo objetivo era reinterpretar o Evangelho para nossos dias e a marca pastoral deste Concílio implicava numa renovação eclesial, proporcionando um estilo novo. O processo de recepção do mesmo continua, não está acabado, é lento e há uma dinâmica dialética que de um lado fez com que algumas realidades construídas, em determinado momento perdessem força e não se consolidaram mas como estão dentro do espírito do Concílio precisam ser resgatadas; outras que precisam ser criadas e institucionalizadas. Positivamente, o espírito que gerou tem dado uma vitalidade enorme à vida eclesial. O importante é que o processo de renovação eclesial iniciado por este Concílio deve continuar.

Palavras-chave: pastoral de manutenção, renovação eclesial, ação evangelizadora, opção pelos pobres, comunhão.

Abstract: The II Vatican Council, that completed in 2005 the 40 years of conclusion, was an eminently pastoral event, whose aim was to reinterpret the Gospel to our days. The pastoral mark of this Council meant an ecclesiastical renovation, by offering a new style. The reception process of it goes on, it's not finished, it's slow and there is a dialectic dynamic that by one side caused that some built realities, in certain moment, has lost force and they didn't solidify, but as they are inside the spirit of the Council, they need to be rescued; others need to be created and institutioned. Really, the spirit that produced it has given a huge vitality to the ecclesiastical life. The important is that the ecclesiastical renovation process, initiated by this Council, must go on.

Key-words: manutention pastoral; ecclesiastical renovation; evangelical action; option by the poors; communion.

Introdução

A presente reflexão objetiva explicitar, dentro dos limites que um texto como este exige, os elementos de uma renovação eclesial, tendo como referência o espírito do Concílio Vaticano II em processo de contínua recepção. Procura colocar os fundamentos desta renovação tendo como base sobretudo no Magistério da Igreja, encontrando no mesmo orientações que apontam para referida renovação, que necessitam de serem institucionalizadas.

Tem sua relevância para a ação evangelizadora da Igreja, para a sua missão no atual contexto, num momento muito especial de sua caminhada, marcada pela riqueza, reconhecimento e legitimidade da diversidade, do pluralismo próprio da sociedade moderna e “pós-moderna” e que a atinge sobremaneira.

A configuração histórica que a Igreja toma hoje, através de uma prática hegemônica, tem seu valor reconhecido dentro de uma visão plural, do encontro com o diferente, mas que na sua totalidade não aponta para uma visão integradora; pode até ser resposta para o momento mais “light” da sociedade “pós-moderna”, mas desconhece elementos considerados imprescindíveis para dar continuidade à renovação pretendida e iniciada pelo Concílio Vaticano II e que em determinado momento são relativizados, esquecidos ou que não se tornam parte integrante de sua missão, em função das tendências que existem em seu interior.

Dado a complexidade e a abrangência do conteúdo, o autor teve que optar por alguns elementos, talvez aqueles que considera mais urgentes, portanto escolha eminentemente subjetiva, ficando a critério dos interlocutores fazerem suas complementações.

O primeiro conteúdo do texto reflete sobre o horizonte, a referência fundamental que é o “espírito” do Concílio, estando todas as outras idéias a ele subordinado; é a perspectiva da renovação eclesial como a grande intuição do Concílio Vaticano II.

A primeira parte da pesquisa aponta para a primeira mudança que deve ser operacionalizada na mente de todos os que são responsáveis pela evangelização, que é uma mudança de ótica, de

compreensão do significado de missão; trata-se da sutil distinção que se institucionalizou na Igreja do Brasil, quando modificou o título de suas diretrizes a partir de 1994. É uma **distinção didática entre ação pastoral x ação evangelizadora**, que, embora tenha o mesmo sentido, tem uma aplicação distinta para a única missão da Igreja que passa a ser entendida a sob o ponto de vista das diferentes situações, ao tempo que trata da pastoral de conjunto, visando a integração da ação evangelizadora que se dá através da elaboração um programa de evangelização, que dá as coordenadas para a eclesialidade.

Ainda nesta primeira parte, o autor coloca o caminho indispensável para se conseguir uma pastoral de conjunto que é a elaboração de um programa de evangelização, que deve ser elaborado pelos diversos níveis de organização da vida eclesial, especialmente as bases, aqui entendidas prioritariamente como a Paróquia e a Área Pastoral. A experiência permite afirmar uma quase que uma completa ausência destes Planos e finalmente acrescenta as atividades fontais ou permanentes, indispensáveis e válidas para quaisquer épocas.

A segunda parte, saindo das clássicas motivações teológicas para se fundamentar a missão, evidentemente sem desmerecê-las porque continuam válidas, apresenta duas novas fundamentações, tomando entretanto como base duas Encíclicas relativamente recentes – **Mane Nobiscum Domine** e a 2ª parte da Encíclica **Deus Caritas Est**, uma mostrando a relação que deve existir entre Eucaristia e Missão e a outra as implicações sócio-políticas da primeira Encíclica do atual Papa, já que esta também se constitui numa tarefa a ser construída e que brotam do Concílio, uma de suas relações, a relação Igreja x Mundo.

A última reflexão do texto, ainda da segunda parte, recupera a **opção pelos pobres**, presente na caminhada histórica da Igreja, porém com uma acentuação muito forte no emergencial, ficando basicamente fora os outros dois aspectos da caridade, a promoção humana e a transformação da sociedade.

A CNBB apresentou à Igreja no Brasil, o documento Exigências Evangélicas e Éticas para a superação da miséria e da fome e o respectivo mutirão, assumido pelos Regionais da CNBB através da organização de Comissões, mas sem entusiasmo nas bases.

O texto é uma contribuição e uma provocação que brotam de questionamentos de alguns estudantes de filosofia e teologia, curiosos por alguns experiências que tiveram num passado relativamente recente de um compromisso e de uma presença pública da Igreja, e no momento olham para as deficiências de institucionalização das grandes intuições do Concílio Vaticano II.

1. Horizonte da reflexão: Concílio Vaticano II

Já não cabe aqui, passados os 40 anos do final do Concílio, estabelecer um tratado do mesmo, revisitando toda a sua riqueza teológica e pastoral, porque isto foi feito com muita competência em todo o Brasil, seja pelos livros que foram escritos, pelos inúmeros congressos, simpósios e semanas promovidas pelas Faculdades e Institutos de Teologia, pelas Dioceses, pela própria CNBB, que realizou recentemente através do Instituto Nacional de Pastoral, de 8 a 10.02.06, um Seminário Comemorativo dos 40 anos do referido Concílio, do qual o autor do texto teve a oportunidade de participar.

O importante é olhar para este Concílio, **como ponto de partida**, e neste sentido seria absolutamente desnecessário a realização de um outro Concílio, na medida em que, historicamente, 40 anos não significam muito para a recepção de um Concílio, ainda mais com as características deste, eminentemente pastoral e provocativo de mudanças.

Como ponto de partida, é contemplar as grandes intuições deste evento, é como afirmou o Papa João Paulo II na sua Carta *Apostólica Tertio Millennio Adveniente* quando trata da preparação do grande jubileu, e enfatiza muito o Concílio, no terceiro capítulo afirma que “a melhor preparação para a passagem bimilenária não poderá exprimir-se senão pelo renovado empenho na aplicação, fiel

quanto possível, do ensinamento do Vaticano II à vida de cada um e da Igreja inteira¹

Recuperar o espírito do Concílio é vê-lo na perspectiva da renovação eclesial, do reconhecimento da autonomia das realidades terrestres que dá um passo gigantesco em relação à posição anterior que era de tutela, da relação mútua entre a Igreja e o mundo, com aquele espírito da Constituição Apostólica que convocou o Concílio onde o Papa João XXIII afirma que o próximo Concílio “será uma demonstração da Igreja, sempre viva e sempre jovem, que sente o ritmo do tempo e que, em cada século, se orna de um novo esplendor, irradia novas luzes, realiza novas conquistas, permanecendo, contudo, sempre idêntica a si mesma, fiel à imagem divina impressa na sua face pelo esposo que a ama e protege, Jesus Cristo”(25.12.61). O espírito portanto indica uma igreja peregrina na história, “ecclesia semper reformanda”. Isto traduz a necessidade constante de mudanças, de aggiornamento; O que significa aggiornamento ? Para Dom Aloísio Lorscheider

Não é sujeição, nivelamento, pacto ou compromisso com o mundo de hoje. Nada de acomodação do cristianismo ao mundo moderno, nem absorção do mundo moderno pela Igreja-Instituição, uma nova cristandade”. “Aggiornamento é escutar, ir ao encontro, abrir-se às justas (legítimas) exigências do mundo de hoje... Considerar a maneira de pensar do ser humano hoje, a sua linguagem... exprime o aspecto encarnacionista do mistério da Igreja, a sua historicidade, acentuando a necessidade de atenção aos sinais do tempo².

No referido Seminário, na ocasião em que o Teólogo Antonio José de Almeida proferia sua conferência “A eclesiologia do Vaticano II: seu espírito e eixos fundamentais” afirmou que “o Vaticano II foi o primeiro Concílio a ser convocado não para combater uma heresia, mas para lançar a Igreja num movimento de renovação” e que “todos os Concílios foram convocados para enfrentar uma grave crise. Com o Vaticano II foi diferente. A crise

¹ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, São Paulo, Paulinas, 1994, 20.

² A. LORSCHIEDER, “Linhas Mestras do Concílio Ecumênico Vaticano II”, in *Vaticano II- 40 anos depois*. S.Paulo, Paulus, 2005, 40-41.

na verdade não era dogmática, teológica, jurídica, política, litúrgica ou moral. Era uma crise muito mais ampla e profunda. Era uma “crise epocal” “crise global”³.

Recuperar o espírito do Concílio, por aquilo que foi apresentado no referido Seminário na conferência do padre Libânio é reconhecer o “**déficit de institucionalização**” pois,

As intuições carismáticas do Vaticano II que fizeram vibrar os ânimos nos anos seguintes. João XXIII anunciara um Pentecostes. Algo daquela experiência arquetípica se deu. Mas, em seguida, se percebeu como Max Weber tinha razão. O carisma rompe com certa institucionalização, quebra estruturas, aquece a frieza burocrática. Perder-se-à no vazio, se não se institucionalizar, se estruturar, encontrar canais jurídicos e até mesmo burocráticos. Do contrário, as belas idéias, os bons desejos, os ideais proclamados ficam entregues à boa vontade de pessoas da instituição que os assumem e concretizam. Mas aqueles que se negam, conseguem asfixiar o sopro vital do carisma. Foi isso que aconteceu com os traços carismáticos fundamentais do Concílio. Naturalmente certa institucionalização se conseguiu⁴.

Parta a Igreja no Brasil, este ânimo se fez visível quando da elaboração dos Planos de Emergência e Plano de Pastoral de Conjunto, que será objeto de tema mais adiante.

Desta forma compreende-se que a saída processual é **institucionalizar** tarefas pendentes. Entre as tarefas pendentes principais, a do **aggiornamento**, se constitui como que uma prioridade, porque daria a tonalidade de vigilância quanto às necessidades permanentes de mudanças, entendendo o Concílio como **ponto de partida**, dialogando com as justas exigências que vão tomando contornos históricos.

³ A.J. de ALMEIDA, “A *eclesiologia do Vaticano II: seu espírito e eixos fundamentais*”, Conferência no Seminário Comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II: , CD-ROM publicado pela CNBB, 15-16, Itaici, SP, 08-10.02.2006.

⁴ J.B.LIBANIO, “Vaticano II: tarefas pendentes para a Igreja no Brasil hoje”, Conferência no Seminário Comemorativo dos 40 anos do Concílio Vaticano II, CD-ROM publicado pela CNBB, p. 7.

É inegável que muitas mudanças aconteceram, há uma diferença enorme entre a forma anterior de a Igreja se expressar e a do pós-concílio. Sobre este tópico é interessante lembrar a fala de um teólogo conciliar, Raimundo Caramuru Barros, que em determinado momento do referido Seminário disse **“se alguém que morreu nos anos 30 ressuscitasse hoje, diria: isto não é a Igreja Católica !”**

Portanto o presente trabalho se justifica a partir desta ótica, ou seja do Concílio Vaticano II como um evento que explorou minimamente suas potencialidades e precisa continuar a renovação.

O horizonte que marca estas reflexões, se dá tanto buscando horizontes que teriam implicações nas tarefas pendentes do Concílio, como também procurando acentuar o “espírito” a “mentalidade” subjacente aos textos e a hermenêutica dos mesmos.

1.1. Ação Pastoral x Ação Evangelizadora: em busca de uma nova mentalidade

Atendendo a uma solicitação do Papa João XXIII em carta escrita ao CELAM no ano de 1961 a Igreja Católica do Brasil, sob as luzes do Concílio Vaticano II, começou a se preocupar com a Pastoral de Conjunto, e elaborou o Plano de Emergência de 1963⁵, o primeiro documento de planejamento do Brasil, como um “esforço global e planejado visando à evangelização”. Vale salientar que este Plano, dizia Dom Helder – então Secretário-Geral da CNBB nos prepara para as reformas que hão de vir como consequência do Vaticano II⁶.

Para colocar em prática as ricas orientações do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou em 1966 o Plano de Pastoral de Conjunto. Ele foi elaborado durante a VII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma e “A proposta deste

⁵⁵ CNBB, Doc. n. 76, *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*, São Paulo, Paulinas, 2004

⁶ Dom Helder Câmara, quando da apresentação do Plano de Emergência...

Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II”⁷.

Vê-se portanto que há um entusiasmo inicial muito grande por partes das lideranças da Igreja no Brasil, imbuída de aplicar rapidamente as orientações conciliares.

O Plano de Pastoral de Conjunto “marcou profundamente durante as décadas sucessivas, o caminho pastoral da Igreja no Brasil e a própria organização e atuação da CNBB”⁸.

Interessante notar que o Plano de Emergência, na parte pastoral, apresentava preocupações como, a renovação paroquial, renovação do Ministério Sacerdotal, renovação dos Educandários e uma introdução a uma pastoral de conjunto⁹.

Depois da experiência da aplicação do Plano de Emergência e do Plano de Pastoral de Conjunto, a CNBB passou a elaborar periodicamente as suas Diretrizes e em determinado momento, aconteceu uma mudança de nomenclatura que até hoje ainda não foi devidamente assimilada por nossos Agentes de Pastoral. O que ocorreu ?

Até as Diretrizes gerais que orientaram a Igreja no Brasil no período de 1991 – 1994, o título era *Diretrizes gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil* e a partir de 1995 – 1998 tomaram como título *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*.

De uma certa forma esta mudança ocorreu em função da *Encíclica Redemptoris Missio*, do Papa João Paulo II que deixou muito clara a distinção, quando no referido documento colocou as bases para se evidenciar as diferentes atividades no âmbito de uma única missão, destacando três situações distintas:

⁷ CNBB, doc. n. 77, *Plano de Pastoral de Conjunto*, 1966-1970, São Paulo, Paulinas, 2004, Apresentação feita por D. Odílio Scherer, Secretário-Geral da CNBB, p. 6.

⁸ CNBB, doc. 77, *Plano de Pastoral de Conjunto*, Apresentação, p. 6.

⁹ CNBB, doc. 76, *Plano de Emergência*, p. 31-96.

A primeira situação é a missão que tem como destinatários, povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e seu Evangelho não é conhecido, *missão ad-gentes*.

A segunda situação se destina aos agentes de pastoral, aos engajados e é considerada como *cuidado pastoral da Igreja*.

A terceira situação, intermédia, se destina a países de antiga tradição cristã como também igrejas jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, já não se reconhecem como membros da Igreja, conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho, daí sendo necessária uma *nova evangelização*, sendo aqui que se situa a maioria de nossa sociedade, na medida em que os afastados se constituem como um dos grandes desafios da missão evangelizadora”¹⁰.

A questão fundamental que se coloca não é apenas de ordem terminológica na medida em que, deste ponto de vista, não há diferença entre um termo e outro. Na verdade, aponta para uma mudança de ótica, de perspectiva e de mentalidade. Em que sentido? Enquanto a **Ação Pastoral** quer afirmar a ação da Igreja para os que são engajados, que participam do diversos Grupos, Movimentos e Pastorais, A **Ação Evangelizadora** quer significar uma ação da Igreja voltada para o mundo, Igreja servidora, na qual seus membros vão se formando sempre em vista de uma qualificação desta ação e indo ao encontro dos afastados, dos outros, configurando-se assim como uma igreja missionária.

A partir daí a pesquisa passa a colocar em grandes horizontes, as fundamentações dessa ação, evidencia os desafios mais urgentes que a igreja enfrenta neste início de milênio e que deve fazer parte de sua agenda, em especial aquilo que diz respeito a questões que não estão sendo enfrentadas hoje pela igreja em seus vários níveis, concretamente a ação evangelizadora e a sua relação com a vida, com as questões sociais, que ficaram reduzidas a uma absorção por parte apenas de algumas pastorais, aquelas consideradas de fronteira, e não algo que é inerente, parte integrante de ação da Igreja.

¹⁰ JOÃO PAULO II, Carta Encíclica sobre a *Validade Permanente do Mandato Missionário*, S.Paulo, Paulinas, 1991, n. 33.

Quando a Igreja lançou o Projeto de Evangelização em preparação para o grande Jubileu do Ano 2000 - Rumo ao Novo Milênio, fazendo alusão justamente às Diretrizes de 1995 – 1998, fez uma reflexão neste sentido em seu nº. 64 ,reflexão que continua tendo sua plena validade.quando afirma que,

Uma primeira acentuação é tornar a Pastoral mais evangelizadora, lembrando que as nossas estruturas devem superar o esquema pastoral predominante que dedica o melhor dos esforços para responder à demanda religiosa dos católicos já engajados¹¹. E que isto vai exigir, “passar de uma Igreja mais voltada sobre si mesma para uma Igreja mais voltada para o mundo...pois se a Igreja se volta para si mesma, é para tomar consciência de sua missão de servidora no mundo”¹².

Resumindo, constata-se que grande parte do tempo se gasta com os que já têm uma consciência eclesial, para se fortalecer uma pastoral de manutenção. O que o mesmo documento sugere é que com estes últimos devemos investir na formação, para se tornarem sujeitos históricos e qualificados de uma nova evangelização.

Como foi acentuado no início, esta mentalidade ainda não foi assimilada, vive um processo que é considerado extremamente lento. A mensagem que Jesus deixou alimenta um ideal que dá sentido à vida num mundo que se afirma cada vez mais com vazio de sentido. Esta riqueza cristã não pode se dar ao luxo de, no atual contexto de paralisar os esforços e esperar que os outros, afastados, indiferentes ou expostos a outras fontes que nem sempre são construtoras da vida, venham sozinhos ao nosso encontro. “Vamos depressa aos becos e ruas da cidade ao encontro, sobretudo, dos pobres”(cf. Lc 14,21).

1.2. A Pastoral de Conjunto

Na seção anterior foi feita a distinção entre **ação pastoral** x **ação evangelizadora**, foi apresentado o primeiro documento de planejamento pastoral elaborado pela CNBB – o Plano de

¹¹ CNBB, doc. 56, *Rumo ao Novo Milênio*, S. Paulo, Paulinas, 1996, 64.

¹² CNBB, doc. 56, *Rumo ao Novo*, n. 65.

Emergência (1963), posteriormente, o Plano de Pastoral de Conjunto (1966), que nasceram sob o signo da busca da eclesialidade, como um “esforço global e planejado, visando à evangelização”¹³.

Como já foi acentuado, o último documento, sendo pós-conciliar teve como objetivo “colocar em prática as ricas orientações do Concílio Vaticano II para que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja proposta pelo referido Concílio e o seu conhecimento poderá trazer frutos para a ação evangelizadora e pastoral dos nossos dias”¹⁴.

Seguiram-se daí as várias diretrizes gerais, sempre com o objetivo da busca da unidade dentro da diversidade. Dessa forma, as diretrizes da CNBB, que são publicadas na periodicidade de quatro anos, como também os planos de pastorais das várias dioceses, têm como meta apontar horizontes, elaborar objetivos e definir prioridades pastorais para a ação evangelizadora.

É justamente aqui que surge o primeiro grande desafio a superar: como fazer o casamento entre a pluralidade e a unidade. Os vários grupos, movimentos e pastorais são, sem sombra de dúvidas uma riqueza para a Igreja. Entretanto, esta riqueza não está isenta de problemas, porque, apesar de os protagonistas se empenharem no processo de evangelização, o fazem com metodologias e práticas isoladas, desconhecendo os referenciais que foram elaborados justamente com a finalidade de *fazer crescer na eclesialidade*.

Neste sentido, pode-se afirmar que muitos desses grupos estão pastoralmente fora da comunhão da Igreja, porque estão voltados para seus próprios interesses e objetivos. É claro que o que deve prevalecer num primeiro momento é o específico de cada grupo, no entanto são parte da igreja e precisam olhar para a totalidade.

¹³ CNBB, doc.76, *Plano de Emergência*, p.6.

¹⁴ CNBB, doc.77, *Plano de Pastoral de Conjunto*, p. 6.

O exemplo mais evidente é **a questão social**. Esta, um aspecto que diz respeito a todos os que têm compromisso com a evangelização, sendo portanto uma questão de toda a comunidade eclesial, mas parece ser algo de responsabilidade única e exclusiva das pastorais sociais ou de quem tenha sensibilidade para tal.

Do ponto de vista teológico pode-se destacar dois fundamentos para o princípio da comunhão: **o primeiro** é que a missão da Igreja encontra o seu grande fundamento na vida trinitária- três pessoas, portanto, diversas, mas que se interpenetram e se constituem numa unidade (a comunidade pericorética). Somos batizados em nome da trindade e daí decorre a nossa tarefa de formar comunhão, que rejeita a exclusão, pois a trindade é incluyente.

Portanto, se demos no dia do nosso batismo um mergulho na vida trinitária, isto se torna apelo e vigilância constantes para vivenciarmos aquilo que recebemos no referido sacramento.

O **segundo** é o Espírito Santo que distribui dons e carismas (respalda-se aqui a diversidade); ao mesmo tempo Ele é o grande artífice da unidade, ou seja, Ele autoriza a pluralidade enriquecendo a Igreja e a chama à comunhão eclesial, à unidade. Isto significa dizer que, mesmo com boas intenções, é possível nos afastar desses dois grandes fundamentos, negando a construção da vida trinitária na Igreja e na sociedade, já que a Trindade deve ser um modelo inspirador de construção também da sociedade e utilizarmos apenas um dos pilares do sopro do E. Santo, que é a diversidade, não nos preocupando com o outro aspecto, o da unidade, cujo ponto de referência, **pastoralmente**, são as diretrizes em nível nacional e os planos de pastorais das respectivas igrejas particulares.

A Igreja no Brasil motivada pela Carta de João Paulo II, *Tertio Millennio Adveniente* e preparando a celebração do ano jubilar a CNBB apresentou o Projeto Ser Igreja no Novo Milênio. Neste documento tratando da diversidade afirma que ,

O Novo Testamento nos apresenta uma Igreja dinâmica, em construção, que se realiza nos diversos lugares como a única “Igreja de Deus”, mas não repetindo mecanicamente um mesmo e

único modelo. Ela se manifesta e como que se “encarna” nas diversas situações humanas, assume um rosto ou personalidade própria, como a Igreja de Deus que está em Jerusalém, Antioquia, Corinto, Éfeso, Roma... a diversidade e a pluralidade, porém, não dividiram os primeiros cristãos, embora algumas pessoas e grupos se tenham afastado da fé e da comunhão com a Igreja”¹⁵.

Desta forma, o diálogo e o respeito pelas diferenças, que são testemunhados no NT, são inspiração para a construção do diálogo em todos os níveis pelos cristãos hoje.

Aqui se situa o grande desafio a ser superado pela Igreja hoje, na medida em, que há muita dispersão de energias voltadas para si mesma, não há uma preocupação com o serviço e a missão ad-extra, conforme as orientações do Concílio e orientações posteriores e basicamente muito da prática se reduz ao templo.

1.3. O Planejamento Pastoral participativo e as Instâncias de Comunhão e Participação

Um das tarefas indispensáveis, que deve ser concretizada sobretudo pelos ministros ordenados, cujo ministério se centra na coordenação e animação da vida eclesial é a elaboração de programas de evangelização, que visam estabelecer objetivos, prioridades, urgências, e evitar a pastoral de manutenção e a improvisação, mas também estabelecer propostas adequadas para as específicas realidades, além de ser o caminho que mostra o horizonte da unidade.

Lamentavelmente é esta uma lacuna muito comum, a falta de um planejamento pastoral, sobretudo nas Paróquias e Áreas Pastorais, construído a partir da Igreja Local (A Diocese), que, como foi frisado anteriormente teria o papel de traçar as grandes linhas de ação.

O Pe. Mário de França Miranda, num excelente livro em que sintetiza as grandes e desafiantes questões com as quais os cristãos se sentem desafiados no atual contexto, afirma que “embora

¹⁵ CNBB, doc.66, *Olhando para frente*, O Projeto “Ser Igreja no Novo Milênio” explicado às comunidades, S.Paulo, Paulinas, 2000, pp.76-77.

defendendo a regionalização do catolicismo, isto é, a sua forma plural como a mais condizente com a nossa realidade, estamos convencidos de que a atual situação exige certas linhas de ação, comuns a todo o país, ainda que devam ser concretizadas diversamente em suas várias regiões”¹⁶. Estas linhas são sempre apresentadas nas Diretrizes da CNBB.

Da mesma forma, a Diocese traçaria as grandes linhas orientativas, deixando para cada paróquia a elaboração de seu programa de evangelização, contemplando o mais que possível, neste processo, as distintas realidades.

É muito comum em nossa experiência no magistério, escutarmos estudantes afirmarem que os documentos da Igreja são muito bem escritos, mas que são apenas palavras, estão longe da realidade. A resposta que sempre é dada se baseia no princípio de que a diretriz e as orientações estão dadas e que a resposta se encontra na aplicabilidade do princípio acima indicado e quem tem a função de animar, de coordenar, quem exerce o ministério de pastoreio, tem a responsabilidade de construir a unidade, a partir das orientações que são colocadas para o uso comum e que vão dar sentido ao conjunto e não construções paralelas. Neste particular, esta tarefa é de inteira responsabilidade do ministério ordenado.

Acontece que a tendência dominante hoje é não planejar, mas sim elaborar calendário de atividades. O teólogo Agenor Brighenti, refletindo sobre o ato de planejar em tempos de mudança, afirma que há um desencanto com o planejamento, dá suas razões para esse desencanto mas ao mesmo tempo aponta na direção de como “reencantar-se com o planejamento” e diz que “Só numa visão prospectiva da realidade recorre corretamente ao planejamento e pode fazer dele uso adequado... o reencantamento do planejamento passa por um encantamento com a utopia, com o valor da reflexão e com o comunitário, elementos indispensáveis capazes de reverter uma visão catastrófica ou retrospectiva em visão prospectiva do

¹⁶ M..F. .MIRANDA, *Existência cristã hoje*, São Paulo, Loyola, 2005, p. 83.

mundo e da Igreja.”¹⁷ **A mística do planejamento passa portanto pela esperança, com o pensar e com o comunitário.**

O comum é repetir a cada ano as mesmas coisas; parece que a realidade não é importante seja porque não é elemento que conta para a evangelização, seja porque os aspectos sócio-econômico-político e cultural destoam da missão da Igreja e o que vale mesmo só o aspecto estritamente religioso.

Talvez ainda não foi absorvido que se vive uma outra época, com constantes mudanças e a maioria dos agentes de pastoral e do povo em geral não estarem bem informado disso e viverem ainda com a cabeça “no” e “do” **mundo rural**. Quem tem a experiência de Pároco e tem consciência desta realidade se vê constantemente interpelado para construir iniciativas que são marcas dessa época ou quando, mesmo processualmente, vá ajudando a fazer mudanças cautelosas é questionado. Esta prática teve sua validade consolidada para sua época, mas não responde a atual situação. Tem, entretanto, respiração profunda.

Se, no entanto o que alimenta a vida da comunidade dos seguidores de Jesus Cristo é a crença na ressurreição, na vida nova, o motor de tudo é a esperança, as possibilidades de que “um outro mundo é possível” e neste sentido, a realidade ajuda a dar dinamicidade à vida da Igreja.

O segundo aspecto a ser valorizado é a capacidade de pensar e de fazer isto de forma comunitária, recuperando a eclesiologia de comunhão e da participação, não como uma colaboração qualquer mas como uma compreensão de Igreja, da dignidade e do sacerdócio comum, fundamentado no mergulho no dia do batismo que nos torna cidadãos da Igreja, co-responsabilidade na missão evangelizadora.

Sobre a comunhão o Papa João Paulo II reservou um bom espaço de sua reflexão sobre a espiritualidade de comunhão na Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* e ao falar da necessidade

¹⁷ A. BRIGHENTI, *Reconstruir a esperança – como planejar a ação da Igreja em tempos de mudança*, S. Paulo, Paulus, 2000, p. 21.

desta espiritualidade, afirma que “antes de programar iniciativas concretas é preciso promover uma espiritualidade da comunhão, elevando-a ao nível de princípio educativo em todos os lugares em que se plasmam o homem e o cristão, onde se educam os ministros do altar, os consagrados, os agentes pastorais, onde se educam as famílias e as comunidades”¹⁸.

Na realidade a construção da comunhão não se trata apenas de uma convicção ou clareza intelectual, mas trata-se de algo mais do que isso que é a de cultivar uma espiritualidade, algo que passe da convicção para o interior, princípio educativo.

Lamentavelmente nossa cultura é marcada pelo *presidencialismo*; parece que está internalizado no homem brasileiro esta cultura, esta necessidade de alguém para mandar em todos os ambientes e formas de organização da vida na sua totalidade; há necessidade de alguém que tutele, que diga o que deve ser feito, que mande.

Como é cultural e perpassa todos os ambientes societários, a Igreja não ficaria isenta também desta “contribuição”, o que dificultaria, entre outras coisas, de se construir em todos os níveis uma Igreja mais circular, mas de acordo com a eclesiologia de comunhão do Concílio.

É claro que numa visão de comunhão, teologicamente definida e especialmente a partir do Vaticano II, a compreensão de uma Igreja toda ministerial ficou evidenciada e muita coisa caminhou neste sentido; nesta ministerialidade há o específico para o ministério ordenado, como os protagonistas da animação da vida eclesial, de coordenação e presidência dos vários níveis de organização eclesial, de responsáveis pela distribuição dos carismas na comunidade eclesial, mas sempre tendo como eixo a comunhão e a participação, não de forma “presidencialista”, autoritária, mas de serviço.

Continua o Papa afirmando no mesmo número que “os espaços da comunhão hão de ser aproveitados e promovidos dia a

¹⁸ JOÃO PAULO II, *Novo Millennio Ineunte*, São Paulo, Paulinas, 2001, 43.

dia, em todos os níveis, no tecido da vida de cada Igreja. Nesta, a comunhão deve resplandecer nas relações entre bispos, presbíteros e diáconos, entre pastores e o conjunto do Povo de Deus, entre clero e religiosos, entre associações e movimentos eclesiais. Para isso, devem-se valorizar cada vez mais os organismos de participação previstos no direito canônico, tais como os conselhos presbiterais e pastorais”¹⁹

Observe-se que o Conselho Econômico é de constituição obrigatória, segundo o Direito Canônico – can. 537, o Conselho Presbiteral segundo o can. 495; quando trata do Conselho de Pastoral, can. 536, é recomendado.

Neste contexto de comunhão uma novidade não pode ser esquecida: os **novos movimentos eclesiais** que foi definido pelo Papa num encontro da Igreja Italiana, em Loreto (abril/85), como “canal privilegiado para a formação e promoção de um laicato ativo e consciente do próprio papel na Igreja e no mundo”²⁰.

Por sua vez a Igreja no Brasil, como já citado, ao publicar referido Subsídio, em determinado momento de sua reflexão abordando as contribuições e os desafios destas comunidades, acentua que,

Enquanto a estrutura paroquial tradicional é definida por território e se encontra centralizada na igreja matriz, as novas comunidades não se definem por território, pois geralmente se encontram desligadas da matriz paroquial ou estão distantes dela. A grande paróquia, centralizada na matriz, não organizada em comunidades, não tem favorecido o conhecimento e o relacionamento entre as pessoas. As pessoas anseiam encontrar acolhida e relacionamento fraterno na Igreja e nas casas religiosas. Afirmam encontrar isso nas novas comunidades²¹.

No mesmo documento constata o desafio que tem de ser superado na medida em que

¹⁹ JOÃO PAULO II, *Novo Millennio ineunte*, n. 43.

²⁰ CNBB, *Subsídios Doutrinários* n. 3 (Igreja Particular, movimentos eclesiais e novas comunidades), São Paulo, Paulinas, 2005, p.14.

²¹ CNBB, *Subsídios Doutrinários* n.3 , n. 30/a.

A relação das novas comunidades com a Igreja particular é um grande desafio na definição de sua eclesialidade. Os “ministérios” ou outras atividades evangelizadoras, na comunidade, ocorrem geralmente de modo autônomo, sem relação com as pastorais ou movimentos da paróquia ou diocese. Há novas comunidades que, embora querendo, não alcançam a devida inserção nas paróquias por falta de abertura e apoio. Nos casos de recusa de assistência do pároco, o recurso à assistência de outros sacerdotes pode agravar as dificuldades seja pelas tensões que pode provocar, seja pelo fato de esses sacerdotes nem sempre terem as condições para o devido acompanhamento e orientação da comunidade”²².

O empenho entendido de forma positiva aqui é, **de um lado** compreender a novidade desses novos movimentos eclesiais, compreender a pluralidade que já foi objeto de reflexão neste estudo, abrir a mente para uma visão que possa superar pastoralmente nestes casos e em outros análogos, uma compreensão de Igreja, em sua base entendida como Paróquia, Área Pastoral ou Missionária, marcadamente territorial e aplicar o princípio de “comunhão orgânica da diversidade e da complementariedade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades”²³ **e de outro**, como estas comunidades se situam dentro de um território, portanto “**a sua galiléia**” ver como o seu carisma, seu ministério pode contribuir especificamente onde está inserido.

Ainda sobre a comunhão eclesial na NMI, o Papa incentiva aos pastores, “sem prejudicar em nada o seu papel, à mais ampla escuta de todo o Povo de Deus; e se a ciência jurídica manifesta a estrutura hierárquica da Igreja e esconjura tentações de arbítrio e injustificadas pretensões, a espiritualidade da comunhão confere uma alma ao dado institucional, ao aconselhar confiança e abertura

²² CNBB, *Subsídios Doutrinários* n.3 , n. 30/c.

²³ JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, Petrópolis, Vozes, 1992, n. 20, CNBB, doc. 45, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, 1991-1994, São Paulo, Paulinas, 1991, n. 290.

que corresponde plenamente à dignidade e responsabilidade de cada membro do povo de Deus”²⁴.

Outro grande valor ao se assumir este processo é, sem nenhuma dúvida, a aplicação de um princípio de articulação pastoral já citado nesta reflexão, o princípio de subsidiariedade. “Pelo princípio de subsidiariedade, deve ser dado a cada pessoa, à pequena comunidade, à paróquia, maior autonomia possível, em tudo o que cada uma delas é capaz de fazer. Conexo com o princípio de subsidiariedade está o princípio da descentralização”²⁵.

A prática, porém, aponta para um estilo muito estático de organização pastoral e evangelizadora, muito baseada numa pastoral de manutenção, de calendários de atividades que se fundamentam na força convocatória da Igreja, que parte geralmente dos meses temáticos ou de atividades já consagradas como a Campanha da Fraternidade.

Para visibilizar esta constatação, basta ver que todos os anos tudo começa com a CF e aí já se tem um material bom para uns dois meses, entre preparação e consecução da mesma; em seguida vem o mês de maio com toda a programação dedicada a Maria; agosto (mês vocacional), setembro (mês da Bíblia), outubro (mês missionário) e finalmente a chegada do Advento com as suas novenas. É uma estrutura já incorporada à vida da Igreja que favorece muito a acomodação, já que não precisa se preocupar em construir porque enfim já se encontra tudo pronto, e que acaba substituindo o planejamento pastoral por estas atividades e como consequência a falta de criatividade, de inculturação.

Outro aspecto importante e que diz respeito a esta questão dos meses temáticos, é que apesar de sua importância, eles não devem substituir os programas de evangelização, mas serem integrados a estes e que o objetivo geral dos mesmos seja inspirador de uma metodologia de trabalho em que os protagonistas sejam construtores de sua história; como exemplo pode-se ilustrar o

²⁴ JOÃO PAULO II, *Novo Millennio*, n. 45.

²⁵ CNBB, Doc. 45, *Diretrizes Gerais*, n. 292.

caso da opção pelos pobres: sabe-se que são muitos os grupos e pastorais que trabalham com os pobres, mas sob qual ótica ? Sob a ótica do assistencialismo muitas vezes necessário ou vendo os destinatários como protagonistas da história ?

Permanecem atuais, nesta perspectiva, as orientações por sinal excelentes, que foram oferecidas à Igreja do Brasil através do Projeto Ser Igreja no novo Milênio (SINM) ao que o autor acrescenta alguns elementos, segundo a qual cada comunidade paroquial deveria: “revisar suas próprias atividades pastorais para não cair no mesmismo ou na pastoral de manutenção, aprofundando os objetivos da ação pastoral e discernindo melhor o que queremos como Igreja; priorizar algumas atividades e reforçar outras; deixar de lado as que forem julgadas menos adequadas e proveitosas e criando novas; evitar a dispersão de forças ou insistência demasiada sobre objetivos ou assuntos que não são relevantes para a evangelização; observar mais atentamente a realidade em que vivemos, as pessoas e as situações humanas que esperam a ação dos evangelizadores e o serviço dos discípulos de Cristo.”²⁶. Acredita-se ser este último ponto, uma das maiores lacunas de nosso agir pastoral no momento, porquanto via de regra, como já foi acentuado o que se tem é uma “pastoral de gaveta” de onde se vai tirando os “pacotes”, nada de inculturação.

Outro desdobramento desta mesma lacuna é a ausência do diálogo com o saber e do conhecimento, especialmente com as ciências humanas; a teóloga Maria Clara Bingemer afirma que “a passagem da concepção do saber e do conhecimento centrada no saber teológico como centro (a Universidade onde a Teologia é a rainha das ciências e centro irradiador ao redor do qual se constrói a mesma idéia de Universidade) para a concepção e seu entorno (a antropologia e as ciências humanas, as ciências sociais e as ciências

²⁶ CNBB, Doc. 66, *Olhando para frente*, nn. 4 e 8.

exatas) vão ser as perspectivas a partir das quais se concebe e se entende o mundo e a realidade”²⁷.

Afinal de contas o que está em jogo e que precisa ser recuperado é o **processo de diálogo** com a modernidade iniciado pelo Concílio, visto como ponto de partida e que desemboca hoje em várias formas de buscas e de novos encontros, que são caminhos para a interdisciplinaridade. Há a necessidade de colaboração da teologia pastoral com as ciências contemporâneas, em primeiro lugar com a sociologia e a psicologia”²⁸.

Assimilar esta proposta de colher as informações para a elaboração de um programa de ação evangelizadora a partir da realidade não é bem aceita pelo “cenário de Igreja” hegemônico, para a expressão que predomina na Igreja hoje, portanto, mais um desafio a ser superado, com certeza através de um processo de formação integral.

1.4. Atividades permanentes ou fontais

Do que foi dito até aqui sobre o Planejamento Pastoral, pode parecer que a Igreja vá ficar totalmente dependente das demandas da sociedade, valorizar a agenda das questões sociais ou das mudanças rápidas da sociedade. É preciso entender neste sentido que ,

A evangelização exige muita atenção à situação em que vivemos, sincera abertura do espírito e solidariedade diante das *aspirações, angústias e interrogações de nossa época* Mas, ao mesmo tempo, por fidelidade ao próprio Cristo e à missão que dele recebeu, a Igreja tem a estrita responsabilidade de oferecer em cada época, o acesso à Palavra de Deus, à celebração da Eucaristia e aos demais sacramentos, e de cuidar da caridade fraterna e do serviço aos pobres. Uma antiga tradição, que se inspira na Palavra de Deus e que foi diversamente retomada na história da Igreja, descreve esta

²⁷ M.C.LUCCHETTI BINGEMER, “João Batista Libânio ou a Teologia como fidelidade criativa”, in JOHAN KONINGS, SJ, (org). *Teologia e Pastoral*, homenagem ao Pe. Libânio, São Paulo, Loyola, 2002, p.108.

²⁸ M. SZENTMÁRTONI, *Introdução à Teologia Pastoral*, São Paulo, Loyola, 1999, p. 13 e 15.

responsabilidade segundo um tríplice múnus: ministério da Palavra, ministério da liturgia, ministério da caridade²⁹.

Dentro destas atividades permanentes ou fontais, alguns pontos foram ressaltados e que merecem destaque justamente porque são temas profundamente associados à renovação da Igreja:

No Ministério da Palavra: incentivar e reforçar a prática da leitura pessoal e orante da Bíblia conforme as orientações do Concílio e cita a *Dei Verbum*, n.25.

Sendo a cultura marcadamente pluralista, os ambientes de escola, do trabalho e da vida social de modo geral não comunicam os valores cristãos e a família está incapacitada de assumir sozinho a responsabilidade da educação da fé e neste contexto a catequese, em *processo de renovação* adquire uma nova importância. Sem reduzir seu dinamismo em relação às crianças e aos jovens coloca sua prioridade na “catequese adulta com adultos”, na verdade modelo para todas as formas de catequese³⁰.

Formação bíblica e teológica seja oferecida aos fiéis leigos, cuidando também da formação de professores competentes que possam atuar nas escolas públicas e particulares no ensino religioso.

O grande desafio neste contexto situa-se em assumir uma catequese com adultos, e superar o estereótipo que identifica catequese com preparação de crianças e adolescentes, sobretudo porque os “adultos têm mais responsabilidades e a capacidade para viverem a mensagem cristã na sua forma plenamente desenvolvida”³¹.

A Igreja no Brasil desenvolveu uma reflexão sobre a **catequese renovada**, no entanto falta ainda hoje, apesar dos passos dados, toda uma base, uma infra-estrutura que permita impulsioná-la mais, justamente por falta de uma formação para nossos

²⁹ CNBB, doc. 71, *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil*, 2003-2006, São Paulo, Paulinas, 2003, n. 19.

³⁰ CNBB, doc. 71, *Diretrizes Gerais*, n. 23 (grifo nosso).

³¹ JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*, São Paulo, Paulinas, 1980, n. 43.

Catequistas, que, via de regra estão em faixas etárias extremadas; **de um lado** as catequistas são pessoas muito jovens (as vezes adolescentes que saíram da 1ª Eucaristia) e, portanto, sem a devida preparação e compreensão da dinâmica da sociedade, da Igreja e seu papel para dentro e fora dela, metodologias apropriadas para os destinatários da catequese inicial, **na outra ponta** pessoas já na terceira idade, o que a princípio não se constituiria em nenhuma problema, porém em geral também são também pessoas despreparadas para trabalharem com crianças e adolescentes, e embora tenham muita experiência, transmitem da forma que sabem, da forma que receberam, caindo na mesma problemática da metodologia³². A inculturação aqui é pressuposto fundamental.

No Ministério da liturgia: O destaque aqui se concentra sobretudo na pastoral sacramental, que não deve ser dirigida apenas aos católicos “praticantes”, mas deve cuidar também do grande número de católicos que desejam manter algum vínculo com a Igreja, especialmente em certas ocasiões: matrimônio, batismo e primeira comunhão dos filhos, missas pelos defuntos da família... Quase sempre estes católicos pedem estes sacramentos com motivações que hoje, parecem incompletas ou insatisfatórias e que a raiz desta situação muitas vezes se encontra na evangelização ou catequese que receberam. “Estas ocasiões de encontro e de diálogo não devem ser desprezadas ou subestimadas. Toda pessoa que procura a Igreja deve ser acolhida com simpatia³³”.

O clima deve ser de acolhida e de diálogo, portanto, que os Agentes de Pastoral cultivem uma postura de compreender o outro, que dialoguem e que a primeira resposta não seja “**não**” que bloqueia o diálogo e distancia, pois afinal de contas são duas visões que se encontram – uma que teve uma preparação, que tem uma fundamentação, a outra que tem uma visão mais simplista, ingênua, que precisa percorrer o caminho da formação. Aliás, o Papa João

³² Remeto neste particular o excelente subsídio, *Com adultos, Catequese Adulta*, Estudos da CNBB, n. 80, São Paulo, Paulus, 2001, especialmente o 5º Capítulo, por fazer uma breve síntese histórica da catequese e aponta o caminho de uma catequese com adultos.

³³ CNBB, doc. 71, *Diretrizes Gerais*, n. 34.

Paulo II, falando aos bispos do Regional Nordeste V afirmou que “não se pode exigir dos adultos de boa vontade aquilo para o que não lhes foi dada adequada motivação”³⁴. Desta forma, as exigências devem ser solicitadas de acordo com os graus de proximidade com a vida eclesial, que são diferentes. Mas, parece que a prática é inversa, pois quanto maior o grau de proximidade com a vida eclesial, maior engajamento, maiores são as solicitações, maiores são a busca de concessões e de privilégios, sendo os exemplos mais comuns a solicitação de missas particulares, de batismos isolados, de festas de 15 anos em buffets, em sítios, em propriedades particulares, em casas... quando na verdade estas pessoas teriam mais condições de compreenderem as exigências que são feitas, porque já tiveram formação e mais oportunidades.

Sobre o Ministério da Caridade- Esta parte terá o seu espaço garantido à frente, tanto na opção pelos pobres, na explicitação da Carta Encíclica Deus é Amor, como no documento da superação da miséria e da fome, sendo desnecessário colocar os elementos de destaque das Diretrizes, pois já contidos nestes textos³⁵.

2. A Eucaristia, a evangelização e a caridade

Foi visto na primeira parte em grandes linhas, alguns pressupostos para uma renovação eclesial, tendo como horizonte o grande evento que foi o Concílio Vaticano II; nesta parte, constrói-se uma teologia, uma teologia da missão que não rerepresenta os fundamentos clássicos da mesma, mas parte de uma realidade que faz parte do imaginário dos fiéis que é a Eucaristia e a ligação com a evangelização e a caridade como referência para o agir sócio-político.

2.1. Eucaristia e Missão

O 15º Congresso Eucarístico Nacional (Florianópolis, 18-21-05/2006), teve como tema **VINDE E VEDE!** E como lema **ELE ESTÁ NO MEIO DE NÓS** e inspirou o autor deste trabalho a

³⁴ CNBB, doc. 71, *Diretrizes Gerais*, n. 35.

³⁵ Cf. CNBB, doc. 71, *Diretrizes Gerais*, nn. 37 – 43.

partilhar algumas idéias sobre a relação que existe entre a Eucaristia e missão, ou seja, a repercussão da Eucaristia na vida de cada um, da comunidade paroquial e da sociedade, sobretudo porque, no referido Congresso aconteceu um Simpósio Teológico com temas que tratam do objeto deste artigo, como **Eucaristia e promoção da pessoa, Eucaristia e transformação da sociedade, Eucaristia, vocação e missão**, entre outros.

Dentro da reflexão que orienta este texto, a renovação eclesial, tudo indica que este é um dos temas que há a necessidade de uma maior atenção, pois, parece que a Eucaristia se resume ao templo sendo vista mais como uma obrigação, como um preceito que deve ser cumprido; o fundamental numa situação como esta é mudar de mentalidade, pois a Eucaristia não pode ser vista como uma obrigação, mas como o alimento por excelência de nossa fé, já que é através dela que se realiza a memória da vida, paixão, morte e ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo e procura-se atualizar esta memória, para o contexto vigente.

O Padre Mário de França Miranda, num de seus escritos diz que nós como católicos “confessamos ser a Eucaristia “fonte e centro de toda a vida cristã”(LG 11), contudo,

“A afirmação de nossos lábios não consegue ser traduzida para nossas vidas. O crido não se torna vivido. O que, sem dúvida, desacredita, não o sacramento, mas nossa confissão. Neste momento podemos nos perguntar. Porque experimentamos hoje tal dificuldade, quais as causas históricas ou teológicas que separaram a eucaristia da vida cotidiana, como uma celebração gratificante pode se tornar uma obrigação eclesial, de onde brota essa tendência de assemelhar a celebração eucarística a shows televisivos ou a espetáculos emotivos ?”³⁶.

São questionamentos como estes que nos ajudam a refletir sobre a Eucaristia e a missão da Igreja. Sabe-se da dificuldade de se compreender toda a riqueza teológica presente na celebração eucarística, já que a compreensão é constituída de elementos que

³⁶ M.F.MIRANDA, *Existência Cristã*, p. 45.

desfiguram e agravam esta mesma compreensão porque vem acompanhada de práticas tradicionais do catolicismo.

“Desde a expressão assistir à Missa”, que exprime uma asneira teológica, até o caráter de obrigatoriedade externa para o que deveria brotar de dentro de uma fé vivida, passando pelo absurdo de utilizar a eucaristia como simples ato social, desconhecida em seu sentido profundo pela maioria dos presentes, tudo isto dificulta a autêntica compreensão e vivência deste sacramento “³⁷

Onde buscar os fundamentos que respaldam esta relação entre Eucaristia e missão? No último capítulo da Carta Apostólica de João Paulo II, *Mane nobiscum Domine* (Fica conosco Senhor) – escrita para o ano da Eucaristia (out./2004 a out./2005).

O título do capítulo é expressivo: *A Eucaristia princípio e projeto de “missão”* – “o encontro com Jesus Cristo, continuamente aprofundado na intimidade Eucarística, suscita na Igreja e em cada Cristão a urgência de *Testemunhar e Evangelizar*”³⁸ O que isto diz para cada participante da Eucaristia?

Quando a missa era celebrada em latim, as últimas palavras do padre logo após a bênção era ITE MISSA EST (podem ir, a missa acabou) - hoje, conforme afirma o citado documento no final do mesmo número, diz: “A despedida no final de cada missa constitui *um mandato*, que impele o cristão para o dever de propagação do Evangelho e de animação cristã da sociedade”³⁹ Pense no significado desta afirmação!

Outra indicação que deve servir de reflexão e de discernimento para tantos grupos entusiasmados e para todos os cristãos, para pensar na repercussão da Eucaristia, é que ela,

Oferece não apenas a força interior, mas também em determinado sentido, *o projeto*. Na realidade, ela é um modo de ser que passa de Jesus para o cristão e, mediante seu testemunho, tende a irradiar-se

³⁷ M.F.MIRANDA, *Existência Cristã.*, p.55.

³⁸ JOÃO PAULO II, Carta Apostólica *Mane nobiscum Domine*, para o ano Eucarístico, São Paulo, Paulus e Loyola, 2004, n. 24.

³⁹ JOÃO PAULO II, *Mane nobiscum Domine*, n. 24.

na sociedade e na cultura. Para que isto aconteça, é necessário que cada fiel assimile, na meditação pessoal e comunitária, os valores que a Eucaristia exprime, as atitudes que inspira, os propósitos de vida que suscita⁴⁰

Ressalte-se ainda o que diz a Encíclica sobre esta relação, porque a mesma deve estar **a serviço dos últimos**- o Papa chama a atenção para um ponto, porque sobre ele se joga a autenticidade da participação na Eucaristia que se celebra na comunidade - “É o estímulo que ela dá a um **compromisso real** (o grifo é meu) na edificação de uma **sociedade** mais eqüitativa e fraterna”⁴¹.

No final do capítulo, no n. 28 fazendo alusão aos que não contam na sociedade, para os últimos e citando Jo 13,35 e Mt 25,31-46 afirma que é “com base neste critério, que será comprovada a autenticidade de nossas celebrações eucarísticas”. É oportuno, portanto, encontrar os critérios de autenticidade de nossas celebrações conferindo as referidas citações e sobretudo que elas sirvam de parâmetro para avaliar a autenticidade das celebrações.

Muita coisa para refletir, não? Dê uma olhada em cada parágrafo desta reflexão e avalie: O que eu, você, nós... estamos fazendo das Eucaristias que participamos? Elas estão sendo reduzidas a um preceito ? Elas estão “terminando”no templo ?

O Prof. Pedro Kunrath em recente artigo colocado no site do 15º Congresso Eucarístico Nacional afirma que Eucaristia é o lugar da renovação da missão por três razões fundamentais: pelos sujeitos que participam, pelo mistério que se celebra, pela Igreja que se compromete.

1. Pelos sujeitos que participam: o sujeito da celebração da Eucaristia, em sentido mais restrito é o iniciado na vida de Cristo e da Igreja, através dos sacramentos do Batismo e da Confirmação, que aceita livre e responsavelmente sua fé e sua pertença à comunidade eclesial. Quem, desde essa atitude, participa da

⁴⁰ JOÃO PAULO II, *Mane nobiscum Domine*, n. 25.

⁴¹ JOÃO PAULO II, *Mane nobiscum Domine*, n. 28.

Eucaristia, não pode não renovar a missão que tem recebido ao ser iniciado e que expressa e celebra permanentemente a ceia do Senhor. A Eucaristia constitui-se em lugar de revisão e renovação da missão, em um momento para uma verdadeira tomada de consciência sobre o direito e o dever de participar nas tarefas de edificação da Igreja no mundo (cf. *AG 36; AA 3-7; PO 5*).

2. Pelo mistério que se celebra: a Eucaristia também é renovação da missão por outro motivo central, a saber, porque celebra o mistério do qual tira e no qual se funda a missão da mesma Igreja. Com efeito, a Igreja, o mesmo que os sacramentos da Igreja, nasce do Mistério Pascal, morte e ressurreição, ascensão e envio do Espírito Santo. Nesse momento Cristo transmite o Espírito e a missão (cf. *Jo 20, 22-23*), e o poder de perdoar e batizar (cf. *Jo 20, 23; Mt 28, 19; Mc 16, 15-16*), com a recomendação de pregar o Evangelho e de ser suas testemunhas “até os confins da terra” (*Mc 16, 15; Mt 28, 18-19; At 1, 8*). E é impossível celebrar o Mistério Pascal sem sentir-se chamados, implicados, comprometidos, afetados pela missão que nasce da Páscoa. A Eucaristia é chamado, é memorial da missão pascal de Cristo em sua visibilidade histórica. Comporta em si mesma o anúncio da Páscoa e o compromisso para seguir anunciando-a. Ao celebrar o memorial da Páscoa, a comunidade inteira se situa de frente aos planos de Deus e à aliança nova, com todas as suas exigências e implicações.

3. Pela Igreja que se compromete: a Eucaristia renova a missão da Igreja, na mesma medida em que renova a própria Igreja. E a renovação da Igreja implica necessariamente a aceitação renovada dos compromissos com a Igreja. Se a Assembléia eucarística é a epifania e sacramento realizante da Igreja, tem que ser também renovação e realização da missão da Igreja. A Eucaristia é o “centro de toda a vida cristã para a Igreja, universal e local, e para todos os fiéis individualmente” (IGMR 1). Na Eucaristia culminam a evangelização, a catequese e o serviço fraterno, a caridade, a consagração do mundo e o ministério sacerdotal. Porém, ao mesmo tempo, da Eucaristia emanam a nova força e o novo compromisso da inteira comunidade e de cada um dos seus membros para seguir cumprindo com mais empenho e eficácia a missão recebida (cf. *SC 10*)⁴².

⁴² P. KUNRATH, “Eucaristia e Missão” (texto disponível no site do 15º Congresso Eucarístico Nacional), p.4.

Destarte, como vem se desenvolvendo esta reflexão, a Eucaristia e todos os outros sacramentos, recordam à comunidade dos seguidores de Cristo que é impossível haver uma verdadeira compreensão da missão onde tudo fica reduzido à Palavra ou ao puro Rito. Deve haver um desdobramento na edificação da vida pessoal, da comunidade eclesial e também da sociedade.

Percebe-se, portanto, uma nova forma de compreender a Eucaristia e os outros sacramentos. O momento final da celebração em que todos vão para ambientes diferentes, não pode ser entendido como cada uma vai para o seu lugar de forma dispersa, mas assume uma missão através do envio para testemunhar o que acredita e celebrou nos mais diversificados ambientes em que se constrói a vida.

Bom que entendêssemos a Eucaristia a partir desta perspectiva, não? Imagine-se a quantidade de celebrações de sacramentos, especialmente a Eucaristia que é celebrada todos os finais de semana, com um número mais expressivo que nos outros dias, e a mentalidade enraizada nas mentes dos fiéis pensando apenas no preceito ou no costume, aspectos que não podem ser desprezados mas não absolutizados! Será que seria diferente se a mentalidade fosse outra ? Será que nossos ambientes não estariam mais impregnados da proposta que dá sentido à vida trazida por Jesus Cristo!

As exigências de solidariedade, de comunhão, *de compromisso com o outro*, da dimensão da gratuidade e do convívio, enfim, atualizar esta memória de Cristo hoje, aponta para uma prática que conduziria o cristianismo para uma presença profética na sociedade e como consequência para caminhar do lugar de onde nunca deveria ter saído, na contramão da história, não na forma de confrontação mas no diálogo.

Como conclusão desta parte, crê-se que seria oportuno buscar na citação bíblica do Evangelho do 4º domingo da Páscoa deste ano (Jô. 15, 1 – 8), uma fundamentação que pode servir de critério para medir a autenticidade das *celebrações-shows* e observar para onde ela está conduzindo: “*Nisto meu Pai é glorificado: que deis muito*

*fruto e vos torneis meus discípulos” (Jo 15,8). Sem nenhuma intenção de agredir estas expressões ou comunidades emocionais como alguns autores assim as caracterizam, o que chama a atenção aqui são duas palavras chaves como um desdobramento da Eucaristia: **os frutos** e **o discipulado**. Glorificar a Deus pelos frutos que são colhidos e o seguimento no discipulado.*

O Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, Alberto Carlos Augusto Klein e Professor desta mesma Universidade, escreveu um artigo intitulado *Mídia, Corpo e Espetáculo: Novas dimensões da experiência religiosa*, tratando das novas celebrações de padres e pastores que mais parecem showmen do que propriamente sacerdotes afirma há muita coisa de novo nesta situação, das quais o autora se apropria de duas:

Uma delas é a amplitude midiática que muitos líderes religiosos ganharam através de programas no rádio ou na TV. Eles não mais pregam ou falam para uma comunidade, e sim para as massas, participam de programas de auditório, freqüentam capas de revista, enfim, são sempre uma atração nos meios de comunicação. A religião, agora é teletransmitida. Com isso, perde-se o espaço físico do sagrado, que cede lugar às ondas do rádio ou à tela da televisão⁴³

A segunda novidade, esta fundamental, porque acaba interferindo oferecendo um modelo quase que absoluto, é que,

O que caracteriza o espetáculo religioso atual não está no caminho de acesso das Igrejas aos meios de comunicação eletrônicos, mas na direção oposta, ou seja, a invasão de uma estética midiática nos novos modelos litúrgicos⁴⁴ ou seja, eles são fornecedores de matrizes estéticas para as Igrejas e muitos acabam tomando estas celebrações como “modelos”, o que se pode chamar de efeito mimético, porquanto os próprios fiéis vão cobrando isto

⁴³ ALBERTO CARLOS A. KLEIN, “Mídia, Corpo e Espetáculo: Novas dimensões da experiência religiosa”, in, *Movimentos do Espírito, Matrizes, afinidades e territórios pentecostais*, J. D. PASSOS (Org.), São Paulo, Paulinas, 2005, p. 151.

⁴⁴ ALBERTO CARLOS A. KLEIN, “Mídia, Corpo e Espetáculo”, p. 152.

de seus párocos, de seus pastores. *A pergunta que se faz é: se o que prevalece é uma experiência de espetáculo, de estética, onde fica o lugar para o discipulado? Se tudo termina no espetáculo, qual a alegria que deve dinamizar as celebrações na direção da vida*

2.2. As implicações sócio-políticas da Encíclica “*Deus Caritas est*”

O enfoque que se dá nesta reflexão, na continuidade de uma fundamentação da missão a partir de novos focos temáticos, vai encontrar na segunda parte da Encíclica “Deus é Amor”, do Papa Bento XVI, a perspectiva de uma presença da Igreja nas questões sociais, como parte integrante da evangelização pois trata do amor como “serviço que a Igreja exerce para acorrer constantemente aos sofrimentos e às necessidades, mesmo materiais dos homens.”⁴⁵ Destarte, referido documento toca de cheio no compromisso da Igreja no que diz respeito à questão social, definindo com muito cuidado a relação entre o necessário empenho em prol da justiça e o serviço da caridade, ao tempo que reafirma a autonomia das realidades terrestres.⁴⁶

A importância da Encíclica, nesta segunda parte, está justamente no aspecto de que

A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível... por outro lado, não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. A sociedade justa não pode ser obra da igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem⁴⁷

Qual a repercussão desta reflexão para nossa missão, nossa ação evangelizadora no contexto atual? Quer afirmar que deve ser respeitada a distinção entre as esferas do Estado e da Religião,

⁴⁵ BENTO XVI, Carta Encíclica *Deus Caritas est*, São Paulo, Paulus/Loyola, 2006, n. 19.

⁴⁶ Cf. BENTO XVI, *Deus Caritas est*, n. 28.

⁴⁷ BENTO XVI, *Deus Caritas est*, n. 28.

que são distintas, mas se relacionam e dizer que na nossa ação esta agenda não pode ficar de fora.

Há muita lucidez do ponto de vista prático nestas idéias, na medida em que muitos afirmam que a igreja não deve se meter em política ou que ela deve ter um papel de vanguarda, de protagonismo, substituindo as mediações organizativas da sociedade... *O equívoco da primeira posição* é tirar, na construção democrática, a possibilidade de a Igreja ter o direito de se pronunciar, sem levar em consideração aqui a sua dimensão profética; vale a afirmação de que não se pode evangelizar sem levar em consideração o contexto, a realidade e neste sentido todas as dimensões que estruturam a vida humana são material para a ação evangelizadora. *O equívoco da segunda posição*, por mais que a igreja continue tendo muita credibilidade, deve respeitar as mediações políticas intermediárias da sociedade (associações, ONGs, sindicatos...) e seus membros, como cidadãos, delas participarem.

Interpretando o conteúdo do documento em tela, chega-se à conclusão de que o Papa brinda os cristãos, os homens de boa vontade com uma orientação riquíssima, quando faz a seguinte afirmação: “Com a progressiva difusão da Igreja, a prática da caridade confirmou-se como um dos seus âmbitos essenciais; juntamente com a administração dos sacramentos e o anúncio da Palavra: praticar o amor para com as viúvas e os órfãos, os presos e os doentes e necessitados de qualquer gênero pertence tanto à sua essência como o serviço dos sacramentos e o anúncio do evangelho”⁴⁸ Percebam que o Papa coloca no mesmo nível a tríade – **Palavra – Sacramento – Serviço da Caridade**, serviço este entendido no contexto deste conteúdo na sua relação com a justiça, portanto, com a política.

Como conclusão gostaria de destacar três pontos, todos eles com muita incidência prática no cotidiano de nossas igrejas-comunidade:

⁴⁸ BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, .n. 22

“O amor tem necessidade também de organização como pressuposto para um serviço comunitário ordenado”⁴⁹ Neste sentido se faz necessário a mediação de grupos que se interessem por esta causa, para criar a cumplicidade, fazer opinião junto aos demais membros da igreja-comunidade para a devida articulação-parceria com os grupos da sociedade e que sejam valorizados.

A caridade, neste contexto deve ser sempre alimentada, levando em consideração três aspectos: **o aspecto emergencial**, **o aspecto da promoção humana** e **o aspecto sócio-transformador**, sendo este último muito esquecido e que se enquadra nitidamente nas idéias até aqui desenvolvidas.

Aplicar o princípio de articulação pastoral de **SUBSIDIARIEDADE**, ou seja, aquilo que pode ser feito pelo menor (Paróquia, Área Pastoral) não seja feito pelo maior (Diocese); isto é, *o menor* possa assumir concretamente a questão social a partir da realidade local com a formação da consciência, ***abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem***, colocando na agenda as questões aqui levantadas. A Diocese, *a maior* no caso, estaria traçando sempre as grandes linhas de orientação pastoral, dando o respaldo institucional sempre que se fizer necessário.

Temos nesta Encíclica um excelente conteúdo para uma maior presença pública da Igreja e, sobretudo, um convite a colocar o pobre como eixo preferencial de nossa ação evangelizadora.

4. A opção pelos pobres

Tudo o que foi refletido até então desemboca numa questão de fundo para a missão da Igreja que se adeqüe às demandas e ao contexto hodierno e que é a presença da Igreja junto aos mais necessitados, decorrendo daí implicações sócio-político-econômicas e que estão bem explicitadas na primeira Encíclica do atual Papa.

⁴⁹ BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, n. 20

Padre Libanio afirma que,

Há duas maneiras de retomar a questão dos pobres: **resistir e avançar**. Resistir ao desgaste que a opção pelos pobres tem sofrido no interior da Igreja e na sociedade e que em termos de Igreja e de sociedade os tempos são outros mas **a rejeição da opção pelos pobres persiste**. Ela parece contrariar as alegrias e os gozos das experiências carismáticas. **A segunda estratégia é avançar**. A força dos pobres está na consciência e na união. Fora daí, eles são massa de manobra. Avançar significa conscientizar. Os pobres não podem sair da ótica de uma Igreja que segue as inspirações do Vaticano II⁵⁰

Pode parecer estranho, mas durante a realização do 11º Intereclesial das CEBs, quando da pergunta colocada – *como sua comunidade lida com as situações de exclusão ?*

chamou-nos a atenção a postura de uma parcela significativa dos participantes do 11º encontro, que silenciou ou evitou qualquer resposta. E, de outra parte, um considerável número de pessoas que disse que suas respectivas comunidades se mostram praticamente indiferentes diante da realidade dos excluídos ou se restringem a ações emergenciais” “Alguns afirmam que as comunidades das quais participam têm uma acentuada tendência tradicional e conservadora e, por isso mesmo, reagem à exclusão social com indiferença, timidez ou omissão. Por vezes fazem “vistas grossas” perante o problema ou mesmo negam a sua existência⁵¹

Isto apenas mostra em que terreno se pisa no momento e os desafios a enfrentar. Mas não é bom ficar na lamentação, pois o teólogo latino-americano Pablo Richard, acabou de publicar um livro intitulado “A força ética e espiritual da Teologia da Libertação – no contexto atual da globalização” em que afirma que “há uma exigência de fidelidade à raiz da TL, que é a experiência de Deus na opção preferencial pelos pobres, mas também uma

⁵⁰ J.B. LIBANIO, *Concílio Vaticano II, em busca de uma primeira compreensão*, São Paulo, Loyola, 2005, pp. 202 e 202.

⁵¹ D. BENINCÁ & A. ALVES DE ALMEIDA, *CEBs, nos trilhos da inclusão libertadora*, São Paulo, Paulus, 2006, p.143.

exigência de criatividade para responder aos novos desafios”⁵² ao tempo que convoca para uma estratégia básica que não deve ser de confrontação, mas de crescimento.

Na verdade, aqui e ali alguns agentes de pastoral, entre eles poucos estudantes que se preparam para o sacerdócio, se questionam porque a Igreja latino-americana, em especial a do Brasil, diante de uma realidade tão constrangedora, em determinado momento de sua caminhada recuou e não se apresenta mais como aquela que é servidora e não recupera aquele entusiasmo, instituição que foi a voz profética dos que não tinham voz nem vez, a partir de 1968, se a situação de lá para cá só aumentou o número dos excluídos?

A primeira constatação é que de fato, a partir do começo dos anos 80, houve uma mudança muito grande no contexto mundial e dentro deste contexto uma virada da Igreja que deu uma parada no processo de recepção do Concílio Vaticano II na luta pela interpretação e de recuperação do Espírito do referido mesmo. O Sínodo dos Bispos de 85 exerceu papel fundamental na definição da interpretação oficial, que tem sido objeto de explicitações e debates de teólogos como Libânio,⁵³ José Carlos Palácio⁵⁴ e José Comblin⁵⁵, entre outros.

No entanto seria extremamente negativo pensar que tudo acabou, na medida em que existe uma parcela de agentes de pastoral, das pastorais de fronteira, das CEBs que estão comprometidos com esta causa e também porque está em processo a redefinição da Teologia da Libertação, que explicita os fundamentos da *opção pelos pobres*, sobretudo cristológica, e que passa por uma nova estratégia de ser uma teologia que aponta para

⁵² P. RICHARD, *A força ética e espiritual da Teologia da Teologia da Libertação, no contexto atual da globalização*, São Paulo, Paulinas, 2006, p. 35.

⁵³ J.B.LIBANIO, *Igreja contemporânea encontro com a modernidade*, São Paulo, Loyola, 2000, pp.153ss.

⁵⁴ CARLOS PALACIO, *Deslocamentos da Teologia, mutações do cristianismo, a teologia aos 40 anos do Vaticano II*, especialmente o Cap. 3º, pp. 87-114.

⁵⁵ J.COMBLIN, *O Povo de Deus*, São Paulo, Paulus, 2002, especialmente o cap. 4º, pp. 115-132.

uma prática não confrontativa, na medida em que os tempos mudaram e não é possível no atual contexto agir da mesma forma que se agia naqueles anos.

Hoje, a solução passa, quando se tratar da defesa da dignidade humana, da vida em todas as suas dimensões, das questões sociais, por um diálogo que tem a marca da cidadania, de participação política, da convocação das autoridades das respectivas áreas para apresentarem os projetos em andamento e que mexem com a vida da comunidade; a visibilidade de massa, muito comum naquele período, só se dará no atual contexto, dentro da estratégia em apreço, quando forem esgotadas todas as possibilidades de diálogo.

A Igreja Instituição, em especial a Paróquia, liderada por quem exerce este ministério e representatividade, tem aqui um papel insubstituível.

4.1. “Exigências Evangélicas e Éticas da superação da miséria e da fome”

Nos lixões do interior, homens e mulheres que sobrevivem de catar materiais para a reciclagem passam o dia todo entre o lixo descarregado pelos caminhões da limpeza pública e os animais como porcos, cachorros e urubus”... “Viver por aqui é ficar sujeito a todo tipo de doença. Tem muita contaminação porque a gente encontra coisas que vêm do hospital no meio do lixo que vem das casas, mas é disso que a gente tira o sustento da família, diz Francisco Pereira da Silva, 45, pai de três filhos”... “Francisco recorda que trocou a enxada pelo saco de catar lixo. Não tem futuro a gente ser agricultor. Um ano chove e outro não e a família cresce. Tem de ter a comida das crianças que são pequenas. Todos os dias ele caminha cinco quilômetros desde a sede da cidade até a área do lixão que fica entre Iço e Iguatu, na CE-282”⁵⁶

Existe um ditado popular, conhecidíssimo que diz: “aquilo que os olhos não vêem o coração não sente”. Como ver, se o individualismo e o templo não permitem? Falta a mística missionária do deslocar-se, ir ao encontro do outro.

⁵⁶ Jornal O POVO, Edição de 06.06.06, 1º Caderno, p.8 / Fortaleza – CE.

Sabe-se que de um lado, uma situação como esta, exige políticas públicas estruturais que desconcentrem a renda para que o cidadão possa ter vida digna; do outro lado tem o Cristão, uma pessoa que aderiu a uma proposta que tem como o eixo a vida. Será que a ideologia que deu um basta nesta aproximação é superior às exigências do Evangelho e da ética ?

Pois bem, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, renovando a opção preferencial pelos pobres, conclamou, através da aprovação do texto que toma o título desta contribuição e por unanimidade em sua 40ª Assembléia Geral, realizada em abril de 2002, para uma ação efetiva para superar a miséria e a fome.

Em vários momentos, referido texto chama a atenção para que esta ação não se reduza ao auxílio imediato⁵⁷ mas que promova a cidadania de cada pessoa e que possa garantir condições dignas de vida, como compete aos filhos de Deus e a partir do documento da Assembléia lançou o ***mutirão nacional de superação da miséria e da fome***, nos vários níveis de organização eclesial.

Um empreitada difícil e complexa, que tem sua fundamentação nas exigências do Evangelho, que se institucionalizou nos Regionais da CNBB, mas que não teve até o presente momento muita expressão nas bases, apesar de todos os esforços de se catalogar as iniciativas que já existiam nesta linha.

No que diz respeito à parte entendida como emergencial a presença da Igreja junto aos mais necessitados historicamente se rearfirmou a partir das experiências que se multiplicaram através de sopões, cestas básicas e outras formas de solidariedade.

No caminho inverso, as partes consideradas mais políticas e pedagógicas do documento da superação da miséria e da fome e de sua aplicabilidade, ainda não se visibiliza, talvez porque o

⁵⁷ CNBB, doc. 69, *Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome*, São Paulo, Paulinas, 2002.

O texto várias vezes lembra a necessidade de se criar uma nova mentalidade, segundo a qual se supere esta visão e esta prática eminentemente emergencial e assistencialista, a começar pela apresentação do texto, p.7.

“cenário” vigente e hegemônico não inclui em suas características este tipo de preocupação. Qual é esta parte? A que tem incidência na **transformação da sociedade**. Fique claro que transformação da sociedade, termo bastante identificado com a teologia da libertação, e que no início gerou muita celeuma em função de alguns pressupostos que não sintonizavam com o cristianismo, é algo que não pode faltar na agenda de Igreja em todos os níveis, não na linha da confrontação mas de forma criativa. Requer organização.

O documento em tela, destaca não poucas vezes esta indicação, que abre horizontes para que a prática não se reduza ao emergencial: “A solução dos problemas *supera medidas compensatórias*, (grifo meu) exige nova mentalidade e políticas públicas que reconheçam a alimentação adequada como direito inalienável do ser humano...”⁵⁸ Desta maneira o empenho organizativo e comunitário da ação evangelizadora deve levar em conta a superação de medidas compensatórias, como é tão comum acontecer.

A injustiça social assume proporções de ofensa a Deus, que nos criou à sua imagem e semelhança, e se opõe ao mandamento do amor fraterno que Jesus Cristo instituiu como lei da nova e eterna aliança. O resgate da dignidade dos pobres *não pode limitar-se à assistência emergencial*, mas exige a transformação da sociedade e da economia, numa nova ordem voltada para o bem comum⁵⁹.

Claro que os gigantes do neo-liberalismo, da globalização e da forma como a política se constitui hoje, com os governos dos países se constituindo como gestores de birôs internacionais, cujas orientações vêm dos Bancos financiadores de recursos, mudar a ótica de uma economia de mercado, exige muito realismo e a perspectiva é buscar alternativas em vista de uma economia solidária que seja pensada em função da inclusão. Mais uma vez o documento afirma a sua orientação no sentido de não se limitar à

⁵⁸ CNBB, doc. 69, *Exigências evangélicas...* n. 4

⁵⁹ CNBB, doc. 69, *Exigências evangélicas...* n. 20.

assistência emergencial, prática louvável do ponto de vista da caridade mas limitada quando se resume nisto.

Pablo Richard, no livro já citado neste trabalho aponta duas falhas deste sistema de mercado : a exclusão humana e a destruição da natureza:

Essas falhas urgem-nos radicalizar nossa opção preferencial pelo pobre como uma opção pelo excluído e por uma sociedade alternativa onde caibam todos e todas em harmonia com a natureza. Devemos escutar o grito do excluído e o grito da terra, pois ambos são excluídos na racionalidade do sistema”⁶⁰ e “Como tudo se baseia no lucro a morte dos excluídos na afeta a eficiência do sistema, não faz sentido investir em saúde, educação para os excluídos na medida em que não é um investimento rentável, o Estado só tem obrigação para com os cidadãos. Os excluídos são considerados como não-cidadãos e vivem sua miséria na dor e no silêncio”⁶¹.

Ainda o referido teólogo, acrescenta, dentro daquela perspectiva de reconstrução da Teologia da Libertação a qual deve radicalizar-se por múltiplas razões.

É uma opção não só pelos pobres em geral, mas mais especificamente *pelos excluídos*, que o sistema desta como excedentes e desprezíveis, pela defesa da natureza, também “excluída”pela lógica absoluta da eficiência e do máximo ganho do sistema e a novidade que a esta redefinição apresenta é que a definição de pobre e o excluído não só com categorias sócio-econômicas de classe social, mas também com categorias de gênero (homem/mulher), geração (jovem/adulto), raça e cultura (branco/negro/indígena), os que são “diferentes”por identidade sexual e por fim a opção pelos pobres se radicaliza, porque hoje, simplesmente o número de pobres é extraordinariamente muito mais alto do que quando nasceu a TL”⁶².

Retornando a reflexão tendo como referência o documento da CNBB objeto desta parte, afirma: “O preceito evangélico de “dar

⁶⁰ P.RICHARD, *A força ética e espiritual...* p. 41.

⁶¹ P.RICHARD, *A força ética e espiritual...* p. 42.

⁶² P.RICHARD, *A força ética e espiritual...*p. 43-44.

de comer a quem tem fome, vestir o nu, visitar o doente e o prisioneiro, acolher o migrante” (Mt. 25,31-46) não se reduz à prática assistencial. Quando se atende somente às expectativas imediatas dos pobres, corre-se o risco de perpetuar a desigualdade social”⁶³.

Talvez sejam estas idéias aquelas que mais deviam tocar no nosso coração para uma mudança de mentalidade. A solidariedade, na sua aplicação nos momentos emergenciais, extremamente necessária, pode se transformar numa prática de perpetuação das desigualdades sociais.

Neste sentido, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal “*Ecclesia in América*” faz uma afirmação que coloca no centro das atenções a superação da opressão e da exploração, que, com certeza, assumiu novos rostos. O Papa João Paulo II afirma que,

Esta constante dedicação pelos pobres e excluídos da sociedade se reflete no Magistério social da Igreja, que não se cansa de convidar a comunidade cristã a comprometer-se a superar toda forma de exploração e opressão. Trata-se, de fato, não só de aliviar as necessidades mais graves e urgentes através de ações individuais e esporádicas, mas de pôr em evidência as raízes do mal, sugerindo iniciativas que dêem às estruturas sociais, políticas e econômicas uma configuração justa e solidária⁶⁴.

São palavras fortes ditas pelo Papa e que respalda o pensamento para iniciativas de renovação eclesial.

Uma palavra que soa forte para nós cristãos é **solidariedade**. No entanto é destas palavras que tem um entendimento imediato muito ligado a um sentimento de ajuda e que deve ser repensada. Aqui, mais uma vez a Exortação Apostólica sobre a Missão dos Leigos é quem vai ajudar a ter uma compreensão de comportamento e não apenas de sentimento vago que as vezes a palavra solidariedade pode ter:

⁶³ CNBB, doc. 69, *Exigências evangélicas...* n. 30.

⁶⁴ J. PAULO II, Exortação Apostólica pós sinodal *Ecclesia in America*, São Paulo, Paulinas, 1999, n. 18.

Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a solidariedade: esta pede a participação ativa e responsável de todos na vida política, desde os cidadãos individualmente aos vários grupos, sindicatos e partidos: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política. Neste campo, como escrevi na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis*, a solidariedade “não é um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas, próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos”⁶⁵.

Finalmente, na ótica da reflexão deste texto, o documento diz que “O exercício da solidariedade não deve ser confundido com certas práticas de assistência que humilham quem recebe. É preciso aprender a lição de ética que dá o povo da rua quando reparte o pouco que tem, para que todos sobrevivam. Essa ética popular, com mais razão, interpela a sociedade a repartir a abundância para que todos vivam humanamente, hoje e no futuro”⁶⁶.

Conclusão

Ao concluir esta pesquisa, o objetivo do autor não foi outro a não ser partilhar das constantes preocupações que tem, cuja origem brotam da experiência em sala de aula, e do trabalho nas equipes de formação do seminário, associada com a sua formação, e da experiência pastoral junto ao povo de Deus, das constantes pesquisas e do entusiasmo pelas questões pastorais.

Tem sempre em mente o valor atual dos documentos conciliares, dos desdobramentos dos mesmos no magistério da Igreja latino-americana e do grande patrimônio que é a Igreja presente no Brasil e da sua capacidade de vanguarda.

O Concílio Vaticano II deve ser agenda permanente nos cursos de Teologia e seu resgate passa a ser algo de fundamental importância para uma geração que tem distância dele, tem outras

⁶⁵ J. PAULO II, Exortação Apostólica pós Sinodal *Christifideles Laici...* n. 42.

⁶⁶ CNBB, doc. 69, *Exigências Evangélicas...* n. 43.

preocupações, favorecida pelo contexto que se vive, com características já bastante conhecidas e que não surgiram por acaso.

Outra lamentação constante é a de que os documentos da Igreja ficam somente no papel e que não passam para o cotidiano. Isto é uma verdade, mas tem saída; a grande saída é a construção de mediações que possam institucionalizá-los e a outra saída mais doméstica e que aqueles que têm responsabilidade paroquiais, aplicando o princípio de subsidiariedade e com boa formação, construa planos de pastorais, programas de evangelização de forma participativa e partindo da realidade, realizando a comunhão-participação, valorizando a inculturação, respaldando a presença pública da Igreja edificando-a não só ad-intra mas também ad-extra como uma Igreja servidora no mundo.

Para esta visão de Igreja, é imprescindível que a missão seja pensada dentro do quadro de ação evangelizadora, uma Igreja voltada para o mundo e assim, eminentemente com rosto missionário e que a ação pastoral seja vista na linha da qualificação, que se dá pelo investimento na formação de seus agentes de pastoral, numa programação de formação espiritual e de encontros de gratuidade.

De um lado é motivo de tristeza ver quanta coisa se perdeu das intuições do Concílio e por outro lado, motivado pela esperança, quanto desafio a ser enfrentado que poderá dar uma vitalidade maior a nossa Igreja.

A opção pelos pobres, portadora de uma vitalidade e radicalidade evangélica, não pode se perder em função de questões ideológicas ou justificativas que as afastem do evangelho. A Igreja no Brasil fez uma oferta que não deve ser relativizada, esquecida ou levada na indiferença, que é a proposta do mutirão para a superação da miséria e da fome, como uma expressão desta opção, além de recuperar sua dimensão social e profética.

Finalmente, são incontáveis as Eucaristias que são celebradas em nosso Brasil, mas a participação nas mesmas e a devida repercussão no cotidiano não é sentida. A Eucaristia traz no seu

bojo, entre outras realidades “Um projeto de missão” realidade que cada um tomou consciência através deste texto.

Que a nova geração possa se entusiasmar com a renovação eclesial proposta pelo Concílio, assumindo seu espírito. Ter um espírito de abertura significa chegar no seminário ou nos grupos onde estão engajados abertos ao diálogo, a reconhecer que existem outras verdades que precisam se encontrar com as suas e não absolutizar o saber até então adquirido como fundamental, passando pelo seminário, pelo curso de filosofia e de teologia como que um processo que tem que ser cumprido e não como processo de crescimento a partir das oportunidades que lhes são proporcionadas ao longo do curso e da vida do seminário.

**Prof. Ms. Pe. Almir Magalhães*

Mestre em Missiologia pela Universidade Gregoriana – Roma,
Professor do ITEP